

Pressões ocidentais para a paz

A ASSINATURA do primeiro acordo militar entre o Governo e a RENAMO provocou, em Maputo, reacções contraditórias. O adiamento do cessar-fogo total suscita um sentimento de frustração. Porém, os diplomatas acreditados na capital moçambicana pensam que a participação de um elevado número de países ocidentais «dará uma nova dinâmica ao processo negocial».

Segundo o ministro dos Transportes e Comunicações, Armando Guebuza, que chefiou a delegação de Maputo nas três rondas de negociações que tiveram lugar em Roma, a Comissão Fiscalizadora, encarregada de fazer cumprir a trégua acordada, deverá integrar, além dos representantes das duas partes moçambicanas e do Zimbábue, também envolvido no conflito, os medianeiros — Gove mo italiano e Igreja católica —, os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, Portugal, Congo, Quénia e Zâmbia.

Uma fonte militar próxima das negociações disse ao EXPRESSO que a composição da Comissão, que estará sediada em Maputo, obedece a «imperativos políticos» e

não a exigências técnicas e que se procurou incorporar todos os países que, nos últimos dois anos, estiveram ligados ao processo de aproximação entre Maputo e a RENAMO.

A Comissão deverá fiscalizar o confinamento das tropas zimbabueanas aos «corredores económicos» do Limpopo e da Beira, no Sul e Centro de Moçambique, e assegurar que a RENAMO não ataque estas áreas.

A delegação governamental absteve-se de fazer comentários públicos, invocando a necessidade de não comprometer as negociações em curso. Todavia, a abordagem do problema das «tropas estrangeiras» — cuja retirada é exigida pela RENAMO — e a aceitação da intervenção de «terceiros países» no processo de paz são vistas como novos gestos de «boa vontade» por parte de Maputo.

«Argumentos de peso»

Há alguns meses atrás, Maputo criticava a existência de «demasiados mediadores no processo» e, após o primeiro encontro na capital italiana, foi dada por concluí-

da a mediação até então desenvolvida pelos Presidentes do Quénia e Zimbábue.

A aprovação da nova Constituição, que entrou em vigor na véspera da assinatura do acordo de Roma, e que consagra o pluripartidarismo, o anúncio da realização de eleições por sufrágio directo e secreto, foram argumentos que o Presidente Joaquim Chissano utilizou habilmente para isolar a RENAMO. Os avanços concretos no sentido da democratização do regime foram «argumentos de peso» utilizados pelas diplomacias italiana e norte-americana, que fizeram voltar a RENAMO à mesa das negociações, depois de uma abortada ofensiva internacional anunciada pelo seu líder, Afonso Dlakshama, na imprensa sul-africana, em Outubro.

O EXPRESSO apurou, em Maputo, que o Quénia, prin-

cipal aliado da RENAMO, foi discretamente «avisado» das consequências de eventuais sanções da CE — actualmente sob presidência italiana, por violação dos direitos humanos — bem como de um agravamento das tensões já existentes entre o regime do Presidente Arap Moi e a Casa Branca e o Congresso dos EUA.

Do ponto de vista militar, a retirada das tropas zimbabueanas para o perímetro dos corredores do Limpopo e da Beira causa algumas apreensões em Maputo, dadas as dificuldades logísticas com que se defrontam as tropas moçambicanas.

Êxitos militares

Analistas militares referem contudo que as forças governamentais tem vindo a obter desde Fevereiro assinaláveis sucessos nas frentes do

Centro-Norte do país, desarticulando em grande parte o aparelho militar da RENAMO nas províncias da Zambézia, Manica e Sofala. As mesmas fontes salientam que a RENAMO perdeu capacidade de reposição de equipamentos, tendo diminuído significativamente o reabastecimento externo.

Maputo reivindica como «acto de soberania» o direito de continuar as acções ofensivas contra as posições ocupadas pela RENAMO, mas os membros da Comissão de Verificação poderão pressionar o Presidente Chissano para que ordene a suspensão destas operações.

As organizações não governamentais (ONG) empenhadas em acções humanitárias em Moçambique estão preocupadas com o afluxo de milhares de deslocados das regiões reconquistadas à

RENAMO, que desarticula os programas de auxílio em curso. As ONG sugerem a necessidade de uma estabilização das zonas controladas pelas duas partes, para poderem prestar assistência à população civil. O Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV), impedido há vários anos de visitar as áreas controladas pela RENAMO, obteve em Roma garantias dos rebeldes e do Governo de Moçambique para proceder em segurança à distribuição de ajudas em zonas fora do controlo governamental.

O EXPRESSO apurou em Maputo que a ONU estuda um plano para a criação, em Moçambique, de «corredores alimentares» idênticos aos que foram implementados recentemente em Angola.

Fernando Lima
em Maputo